

lade

28/7/87, TERÇA-FEIRA • 11

Professores voltam às aulas ganhando menos

Os 16 mil professores e 430 mil alunos da rede escolar da Fundação Educacional do Distrito Federal (FEDF) tiveram ontem o primeiro dia de aula do segundo semestre letivo. Mas enquanto a volta às aulas era motivo de festa para os alunos, a maioria dos professores foi surpreendida com uma carta da Fundação, onde eles constataram que receberão salários inferiores aos que têm direito pela tabela do Plano de Cargos e Salários (PCS), conquistado na greve de 46 dias realizada no primeiro semestre.

Durante todo o dia de ontem, o telefone do Sindicato dos Professores não parou de tocar. Eram denúncias quanto à contagem errada de tempo de serviço, ocasionando um enquadramento distorcido dos professores no Plano de Cargos e Salários. É o caso de Marlice Rodrigues, professora «classe C» de quinta e sexta séries, que com 16 anos de serviço deveria ser enquadrada no nível 16 do PCS, com um vencimento de Cz\$ 19,3 mil. Mas Marlice, segundo a carta da Fundação Educacional, será enquadrada no nível 9, com um salário de Cz\$ 12 mil.

O Sindicato dos Professores recorrerá à Fundação Educacional para correção dos erros, apesar da instituição ter dado um prazo até o dia 31 de julho, para quem tiver al-

guma reclamação a respeito. Segundo a secretária geral do Sindicato, Lucia Ivanov, os erros devem ter ocorrido na passagem dos dados do cadastramento para o computador. O cadastramento foi feito por funcionários da Fundação, após o término da greve.

Assembléia

Para discutir a implantação do Plano de Cargos e Salários, os professores se reunirão em assembléia, no dia 9 de agosto. Outros pontos importantes também serão avaliados, como o não enquadramento dos não habilitados no Plano de Cargos e Salários, as eleições diretas para diretores de escola, conquistadas no ano passado (que agora a Fundação Educacional estaria querendo retirar), além da reivindicação de um líder sindical por escola. Essas são as questões pendentes do acordo coletivo da categoria firmado com o Governo, mas que, até agora, não foi assinado.

Na assembléia, o Sindicato de Professores discutirá também a adesão à greve geral organizada pela CUT e prevista para o dia 12 de agosto. Mas, o que vários professores não querem nem ouvir falar é em mais uma greve da categoria. «Por esse ano, basta», declaram.

Fundação corrigirá os erros

O diretor executivo da Fundação Educacional, José Silva Quintas, informou ontem à noite, que houve 1.861 erros no primeiro Plano de Cargos e Salários. Desses 1.362 casos ocorreram porque os dados não foram computados e 499 por imprecisão das informações fornecidas pelos professores e funcionários. Ele assegurou que essas distorções já foram corrigidas e que os atingidos receberão seus vencimentos dia 30, já com a correção.

Os 449 casos errados por falta de dados, serão avaliados um por um. Quem discordar do enquadramento poderá entrar com recurso, junto à Fundação, até dia 7 de agosto. Hoje, todas as escolas vão receber o jornalzinho «Informe-se», em edição extra, explicando detalhadamente como foi feito o enquadramento no Plano de Cargos e Salários e, também, como devem proceder os interessados em entrar com recurso para corrigir os erros.

O plano

A margem de erro, segundo

Quintas, foi pequena porque atingiu menos de 10% dos professores e funcionários. Além disso, ele explicou que o Plano foi todo elaborado em pouco mais de um mês. O trabalho começou no fim de maio, terminado no começo de julho, quando foram confeccionadas as folhas de pagamento com os novos salários.

Pelo novo Plano de Cargos e Salários, o professor classe A, do primeiro grau, terá direito a Cz\$ 13.950 por 40 horas de aulas semanais. Já o professor classe C (segundo grau e também 40 horas) terá o maior salário: Cz\$ 47.466, sem os incentivos que variam de 5 a 35%. Já os que trabalham apenas 20 horas semanais, consequentemente receberão a metade.

O diretor executivo da Fundação Educacional explicou que os professores de primeiro grau também podem ganhar o mesmo salário que o professor de segundo grau, desde que tenham curso de especialização.